

Editorial



Por **VANDO DA SILVA MARQUES**

Promotor de Justiça

Editor-chefe

A Revista Eletrônica do Ministério Público firma-se como periódico relevante à pesquisa jurídica voltada ao conhecimento de temas inerentes aos interesses tutelados pelo Ministério Público, visando incentivar a pluralidade de abordagens e perspectivas, a fim de difundir os trabalhos científicos de membros, servidores e pesquisadores em geral, os quais contribuem para o engrandecimento da nossa Instituição Brasil afora.

Nesta toada, para além de uma simples revista jurídica, pretende-se que a nossa revista ministerial ocupe posição de destaque perante a comunidade jurídica, com a publicação de trabalhos científicos de referência ao Ministério Público brasileiro, contribuindo, cada vez mais, para a produção de conhecimento não apenas a membros e servidores desta Casa, mas também a integrantes de outras carreiras essenciais ao funcionamento da Justiça, como magistrados, advogados, procuradores, serventuários da Justiça, assessores

jurídicos, estagiários de direito, servidores de cortes de contas e a toda comunidade científica que se propõe a estudar temas ligados à atuação do Parquet.

Nesta oportunidade, comunico, em primeira mão, que estamos na fase final do processo de construção da nova plataforma da Revista Jurídica do MPPI, na qual se instituirá, a partir da próxima edição, uma sistematização própria das submissões e do processo de avaliação. Esse novo sistema permitirá: a) a efetivação de um cadastro único aos usuários (dispensará novo cadastramento em novas submissões); b) a distribuição sistemática dos trabalhos aos pareceristas, com absoluto respeito ao método da dupla revisão às cegas adotado pela Revista; c) a avaliação dos trabalhos na própria plataforma, com o preenchimento dos formulários padronizados diretamente no sistema; d) a facilitação do encaminhamento dos trabalhos ao Conselho Editorial para seleção dos artigos; e e) comunicação automática aos e-mails cadastrados dos usuários acerca das deliberações proferidas pela Revista, seja a aprovação, rejeição ou a necessidade de diligências complementares para atender eventuais ressalvas.

Sonhamos, ainda mais alto, com a reconhecimento do Qualis Periódico pelo CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a fim de propiciar à Revista o seu devido reconhecimento na comunidade acadêmica, fator que

certamente serviria a incentivar autores qualificados, titulados e renomados, a publicarem em nosso periódico, especialmente trabalhos científicos originais e de relevância jurídico-acadêmica. Sabemos, no entanto, que o caminho é árduo, mas trabalharemos incansavelmente para que isso aconteça.

É necessário, por fim, o reconhecimento do trabalho de todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o lançamento desta 5ª edição da Revista. Cabe-nos registrar aqui o nosso agradecimento ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. Cleandro Alves de Moura, à toda equipe do CEAF- Centro de Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Piauí, especialmente à Diretora-Geral do CEAF e Presidente do Conselho Editorial da Revista, Procuradora de Justiça Dra. Teresinha de Jesus Moura Borges, à Assessora Pedagógica do CEAF, Promotora de Justiça Dra. Luana Azeredo Alves, à editora-chefe que me antecedeu, Promotora de Justiça Lia Raquel Prado Burgos Ribeiro Martins, à assessora jurídica Viviane Maria de Pádua Rios Magalhães, à técnica ministerial Shaianna da Costa Araújo, bem como aos integrantes do Conselho Editorial, do Conselho Gestor, aos pareceristas e a todos os autores de artigos científicos que lograram publicar nesta edição.

Desejo a todos uma boa e atenta leitura deste belo periódico, que tem muito a contribuir ao engrandecimento do Ministério Público e da produção acadêmica, refletindo virtuosamente em prol da nossa sociedade.